

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MINAS GERAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Amanda de Araújo Assis Martins

JUVENTUDES E DIREITOS HUMANOS: intersetorialidade na promoção de saúde mental

Belo Horizonte

2025

Amanda de Araújo Assis Martins

JUVENTUDES E DIREITOS HUMANOS: intersectorialidade na promoção de saúde mental

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, como requisito parcial na obtenção de título de Especialista em Políticas de Saúde Mental e Atenção Psicossocial

Orientadora: Dirley Lellis dos Santos Faria

Belo Horizonte

2025

M379j

Martins, Amanda de Araújo Assis.

Juventudes e direitos humanos: intersectorialidade na promoção de Saúde Mental. / Amanda de Araújo Assis Martins. - Belo Horizonte: ESP-MG, 2025.

17 f.

Orientador(a): Dirley Lellis dos Santos Faria.

Artigo Científico (Especialização) em Políticas de Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Inclui bibliografia.

1. Saúde Mental. 2. Direitos Humanos. 3. Juventude. I. Faria, Dirley Lellis dos Santos. II. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. III. Título.

NLM WS 462

Amanda de Araújo Assis Martins

JUVENTUDES E DIREITOS HUMANOS: intersectorialidade na promoção de saúde mental

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, como requisito parcial na obtenção de título de Especialista em Políticas de Saúde Mental e Atenção Psicossocial

Banca examinadora

Ana Cristina Torga Saade

Pós graduada em Psicologia Hospitalar, Saúde Mental e Gestão e Planejamento Estratégico
em Saúde

Fábio Wallace de Souza Dias

Doutor em Psicologia Social pela UFMG (bolsista FAPEMIG); Mestre em Psicologia Social pela
UFMG (bolsista CAPES); Especialista em Saúde Mental e Psicanálise pelo Centro Universitário
Newton Paiva

Dirley Lellis dos Santos Faria

Doutora em Saúde Coletiva pela FIOCRUZ/MG; Mestre em Psicologia Social pela UFMG;
Especialista em Novas Abordagens em Saúde Mental Infantojuvenil pela Faculdade
CENSUPEG/CENAT.

Belo Horizonte

2025

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 PROGRAMA MAIS DIREITOS HUMANOS	8
2.1 ESTAÇÃO JUVENTUDE	9
3 RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONVERSAÇÃO E ARTE	11
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16

INTRODUÇÃO:

A juventude no Brasil representa uma das faixas populacionais mais expressivas e diversificadas, delimitada de acordo com o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) com uma idade entre 15 a 29 anos, enfrentando desafios característicos em sua trajetória social. De acordo com o Atlas das Juventudes (2021) o Brasil possui cerca de 50 milhões de jovens, representando quase 1/4 de toda nossa população, evidenciando que juventudes brasileiras são plurais e potentes, com todas as suas vulnerabilidades vive os impactos das desigualdades sociais, políticas e culturais de forma heterogênea.

Dessa forma, ao tratarmos dessa população em específico, deve-se colocar em consonância com sua diversidade de vivências, questões, necessidades e saberes levando em consideração os recortes de gênero, raça/cor, sexualidade, território, classe. Estamos aqui tratando, então, não de uma juventude específica, mas de juventudes, com toda sua pluralidade.

Pais (2005) aponta a juventude como uma categoria socialmente construída, em circunstâncias históricas, econômicas, sociais e políticas particulares, podendo modificar-se ao

longo do tempo. Isso implica o desafio constante de desconstrução de aspectos dados como homogêneos e independentes do contexto em que os jovens estejam imersos. De acordo com o mesmo autor (Pais, 2005), ao desconsiderar sua heterogeneidade, muitas intervenções, dirigidas à juventude, correm o risco de criarem um descompasso entre o que se propõe e o que se produz praticamente, justamente por não valorizarem as trajetórias, o contexto objetivo e subjetivo dos jovens onde acontecem as intervenções propostas, não considerando, portanto, a diversidade entre jovens, sua identidade própria.

O Estatuto da Juventude (2013) é um marco na promoção dos direitos dos jovens brasileiros, reconhecendo-os como sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares, consolidando políticas públicas estruturadas em onze eixos. Alguns dos principais eixos para a discussão deste estudo são:

- **Direito à Saúde:** O Estatuto assegura o direito à atenção integral à saúde, com acesso universal ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ênfase na prevenção de agravos comuns na juventude. Destacam-se ações voltadas para saúde sexual e reprodutiva, prevenção do uso de drogas, saúde mental, capacitação de profissionais e articulação entre saúde, educação e assistência social.
- **Direito à Cultura:** Garante o acesso a bens e serviços culturais, produção artística e identidade cultural, incentivando projetos juvenis e valorizando a diversidade cultural. Também promove a inclusão digital e a participação juvenil em políticas culturais.
- **Direito à Diversidade:** Promove a igualdade de direitos e oportunidades, combatendo a discriminação por raça, etnia, gênero, orientação sexual, deficiência e condição socioeconômica. Defende programas afirmativos na educação, no trabalho e na cultura, incluindo formação sobre diversidade nos currículos escolares.
- **Promoção de Direitos e Participação:** As políticas de juventude priorizam a autonomia, o protagonismo e a inclusão social, garantindo espaços para participação na formulação de políticas públicas.

Neste estudo foi considerado como princípio fundamental para promoção da saúde juvenil a intersetorialidade, ou seja, a articulação entre diferentes políticas públicas para atender às necessidades da juventude de forma integrada. Entendendo, assim, a intersetorialidade por articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação a fim de se obterem resultados integrados no desenvolvimento social (Bógus, 2004).

Isso significa que saúde, educação, cultura, trabalho e outras áreas não podem ser tratadas isoladamente, mas sim de maneira coordenada para ampliar o acesso e garantir melhores condições de vida para os jovens.

A intersetorialidade é uma diretriz central da Política de Saúde Mental Infantojuvenil (BRASIL, 2005), integrando saúde, educação, cultura, lazer, entre outros setores, sendo um princípio fundamental do Estatuto da Juventude, garantindo que as políticas para os jovens não fiquem fragmentadas entre diferentes setores.

Conforme apontado pelo Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil (2014) é necessário superar modelos de cuidado baseados na ideologia do reparo que, historicamente, se pautaram pela exclusão e pelo isolamento. O eixo central das ações deve ser os direitos de cidadania, estabelecendo a esfera pública como referência na proteção e promoção de cuidados éticos e emancipatórios para pessoas em situação de risco social.

Como destacado acima, a intersetorialidade também é um elemento central na promoção da saúde mental infantojuvenil. É necessário que o atendimento se amplie além dos serviços especializados, articulando-se com uma rede de apoio que inclui os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSIs), ambulatórios, Estratégia Saúde da Família (ESF), escolas, instituições culturais e serviços de assistência social, tais como Conselho Tutelar (CT), judiciário, entre outros. Essa abordagem visa superar modelos baseados na exclusão e garantir a participação ativa dos jovens na vida social e comunitária.

Assim, representa uma forma de organizar ações de diferentes setores de maneira integrada, tratando o sujeito em sua totalidade e estabelecendo uma lógica de rede para a gestão do território. Isso permite superar a segmentação e a desarticulação que costumam marcar a elaboração e implementação das políticas públicas, que frequentemente operam de maneira fragmentada. O ponto de partida para essa integração é a reunião, o planejamento e a preparação conjunta entre os diversos setores, promovendo a interação entre as experiências e fortalecendo a efetividade das políticas públicas para a juventude.

Nesse sentido, pode-se pensar a construção de ações de promoção de saúde mental nas políticas públicas para juventude, que consideram as necessidades de forma integral, no sentido de apreender a questão juvenil em todos seus componentes, descentralizada, proporcionando atendimento e participação local dos jovens, de acordo com seu território. “Assim sendo, Programas e Ações voltados para a inclusão social de jovens devem criar

mecanismos para se aproximar das múltiplas trajetórias juvenis presentes no mesmo espaço social e, até mesmo, na mesma família” (Brasil, 2014, p.45).

O presente estudo, por meio de um relato de experiência, aborda o acompanhamento psicossocial em uma das oficinas socioculturais da Estação Juventude, um programa inovador da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do município de Contagem, Minas Gerais. A Estação Juventude é um espaço público que visa atender às diversas necessidades dos jovens de 15 a 29 anos, promovendo inclusão, protagonismo e acesso a serviços.

O Programa Mais Direitos Humanos

O “Programa Mais Direitos Humanos” é uma iniciativa da Prefeitura de Contagem/MG, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que visa promover, proteger e garantir os direitos humanos no município, com foco na inclusão social e no enfrentamento das desigualdades. O programa foi criado para atender especialmente populações em situação de vulnerabilidade e risco social, como pessoas LGBTQIA+, juventudes, mulheres, pessoas em situação de rua, negras, com deficiência, entre outras (Contagem, 2022).

Sua estrutura se organiza em torno de três núcleos: a ‘Casa dos Direitos Humanos’, o ‘Núcleo de Referência LGBT+’ e a ‘Estação Juventude’, espaços que concentra diferentes públicos com serviços voltados ao acolhimento, escuta e encaminhamento qualificado, contando com apoio psicossocial e jurídico. O atendimento é realizado de forma espontânea ou por meio de encaminhamentos da rede socioassistencial, de saúde, da educação e do sistema de justiça (Contagem, 2022). A metodologia do programa baseia-se na escuta qualificada, no acompanhamento individualizado, na mediação de conflitos, na articulação em rede e no desenvolvimento de ações formativas, oficinas, rodas de conversa e atividades culturais que objetivam o fortalecimento da cidadania e da participação social (Contagem, 2022). Dessa forma, o “Programa Mais Direitos Humanos” atua como uma política transversal, articulando diferentes setores do poder público e da sociedade civil para garantir que os direitos fundamentais sejam efetivados de maneira ampla e acessível.

Estação Juventude

A Estação Juventude é um dos núcleos de ações do “Programa Mais Direitos Humanos” em Contagem/MG, voltada especificamente para o atendimento, fortalecimento e protagonismo da juventude do município. Criada para ser um espaço de referência para jovens de 15 a 29 anos, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a Estação Juventude oferece acolhimento, atividades formativas, culturais, esportivas e de integração comunitária. O objetivo principal é garantir que os jovens tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento educacional, profissional e político, contribuindo para sua autonomia, participação cidadã e fortalecimento de vínculos sociais (Contagem, 2022).

O funcionamento da Estação Juventude se dá por meio de uma equipe multidisciplinar que realiza escuta qualificada, orientação e encaminhamento para serviços da rede pública, como educação, saúde, assistência social, cultura e trabalho. Além disso, são promovidas oficinas temáticas, cursos de formação, rodas de conversa, eventos culturais e ações de mobilização comunitária. A atuação da ‘Estação’ se pauta por uma metodologia participativa e inclusiva, respeitando as diversidades e promovendo a valorização das identidades juvenis.

A proposta pedagógica e metodológica da Estação Juventude considera os jovens como sujeitos de direitos e agentes transformadores da realidade social. Nesse sentido, o espaço busca estimular o protagonismo, oferecendo instrumentos para que os jovens se expressem, criem, aprendam e se organizem coletivamente (Contagem, 2022). São incentivadas ações que promovam a equidade racial, de gênero, orientação sexual e a inclusão das juventudes periféricas e das juventudes negras, indígenas, com deficiência e LGBTQIA+.

A Estação Juventude tem se consolidado como uma política pública inovadora e comprometida com a justiça social, a inclusão e a democracia. O programa oferece oficinas socioculturais em todas as oito regionais do município, abrangendo praças, parques e espaços públicos. As ações estão organizadas em três eixos principais:

1. Eixo Sociocultural e Afirmativo: Promove atividades coletivas e individuais que incentivam a convivência cidadã baseada nos direitos humanos. Inclui eventos culturais, oficinas artísticas e apoio psicossocial.

2. Eixo ‘Se Liga no Trampo’: Foca na inserção laboral e formativa dos jovens, ofertando cursos profissionalizantes e desenvolvimento de competências digitais e econômicas.

3. Eixo ‘Ocupa Aí’: Busca fortalecer o direito à cidade por meio da ocupação de espaços públicos e descentralização das atividades culturais.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONVERSAÇÃO E ARTE

A partir das diretrizes do “Programa Mais Direitos Humanos” uma das oficinas socioculturais era realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Vargem das Flores, em Contagem/MG - regional que fica distante das regiões centrais da cidade, de difícil acesso urbanístico e historicamente com altos índices de vulnerabilidade social. O CREAS é um dispositivo que atende crianças e adolescentes com histórico de violação de direitos, bem como, seus familiares e também aqueles que vivem no território.

Essa oficina iniciou-se em janeiro de 2024 a partir da proposta de uma dasicineiras da Estação Juventude, de vulgo Loba, que tinha como desejo dar retorno de seu trabalho ao território que havia nascido e sido criada, o bairro Icaivera, território pertencente à regional Vargem das Flores. Pensando em trabalhar artes e cultura com jovens que vieram de uma realidade semelhante, ela realiza essa articulação com o CREAS Vargem das Flores, entendendo-o como um espaço que visa fortalecer os vínculos entre o serviço e a comunidade, e, assim, criar e potencializar um espaço de proteção social, aprendizado e convívio para jovens em situação de vulnerabilidade e/ou pertencentes ao território local.

A oficina de grafite ocorre dentro do espaço do CREAS Vargem das Flores, atendendo jovens entre 15 e 29 anos com histórico de violação de direitos sociais básicos, entendendo que “jovens que residem em locais afastados dos centros urbanos (periferias ou áreas rurais) podem ter dificuldades de acesso aos seus próprios direitos – educação, saúde, saneamento, lazer, transporte, trabalho, entre outros (ATLAS, 2021, p.303).

Os jovens chegaram ao espaço indicado pelas profissionais do CREAS ou por demanda espontânea, própria da indicação entre os jovens para com seus pares. As atividades eram organizadas e orientadas pelaicineira, desenvolvidas como pedagogia das oficinas de

grafite, pensando o desenvolvimento prático e teórico daqueles jovens com a cultura hip-hop utilizando desenhos no papel, os riscos de tinta com a lata de spray, os recortes no stencil ampliando as habilidades dos jovens com os desenhos e as artes plásticas.

De acordo com o Programa Mais Direitos Humanos, as atividades socioculturais na Estação Juventude visam proporcionar a prática de diversas atividades como dança, música, teatro, desenho, fotografia, artes plásticas (pintura, grafite etc.), HQ (quadrinhos), literatura, lazer em geral, esportes (lutas, jogos digitais, xadrez, tênis de mesa, skate) e outras expressões culturais, abrangendo assim uma ampla diversidade (Contagem, 2022). Com o objetivo de fomentar o protagonismo juvenil, as facilitadoras das oficinas agirão como mediadores, em vez de assumirem o papel tradicional de professores. Serão adotadas metodologias que incentivem a participação de todas(os) as(os) jovens (Contagem, 2022).

Inicialmente, as oficinas eram acompanhadas pelo agente social, profissional da Estação Juventude que apoiava a monitora nesses encontros, além de estar orientado para identificar possíveis conflitos e violações de direitos humanos nos espaços. Assim, surge a demanda pelas Analistas Sociais da Estação Juventude devido ao aumento de conflitos entre os jovens na oficina em questão.

Nesse sentido, a atuação das analista social na Estação Juventude se dá pelos atendimentos que serão realizados sob uma perspectiva psicossocial com um compromisso ético-político voltado para a transformação social e popular, consistindo em uma escuta qualificada e ampliada das questões trazidas pela pessoa, considerando tanto as dimensões subjetivas quanto as sociais, além de assegurar a provisão de direitos e o acesso aos serviços e programas necessários (Contagem, 2022). Além disso, há o desenvolvimento das rodas de conversa com o objetivo de desenvolver um trabalho estruturado em grupos, independentemente do número de encontros, focando em uma questão central identificada pelas profissionais, seja sobre um contexto social ou uma problemática relevante. A abordagem deve ir além da reflexão racional, envolvendo os participantes de maneira integral, abordando formas de pensar, sentir e agir (Contagem, 2022).

A partir da perspectiva de que seríamos pessoas externas e estranhas para aqueles jovens, chegamos na oficina junto àicineira e nos apresentamos enquanto técnicas da Estação Juventude que viria auxiliar nas oficinas. Por alguns encontros participamos das mesmas, fomos escutando, conhecendo e entendendo cada um dos jovens e também a

dinâmica de grupo que ali estava estabelecida, sem intervenções e com o objetivo de estabelecer vínculo e confiança. “O vínculo é a relação pessoal estreita e duradoura entre o profissional de saúde e o paciente, permitindo, com o passar do tempo, que os laços criados se estreitem e os mesmos se conheçam cada vez mais” (Brunello, 2009, p.132).

Entendemos que o grupo com adolescentes pode ser um dispositivo para promoção de autoconhecimento, compreensão, alívio emocional, além de gerir as emoções e favorecer a diminuição no uso de *actings*, com melhora na expressão dos sentimentos (Moretto, 2012). A conversação sobre os conflitos permite criar um espaço onde os sujeitos jovens possam (se) falar, (se) ouvir e produzir discursos sobre si além de conseguir proporcionar alteridade em relação aos outros jovens.

Nesse sentido, os conflitos que aparecem entre esses jovens começam a se descortinar enquanto situações sociais e vulnerabilidades por eles experienciadas no território, tais como, violências sofridas nas famílias, nas escolas, nos trabalhos, situações de racismo, insuficiência alimentar, analfabetismo, violações de direitos humanos. Parte da conversação, então, também ocorria para as orientações quanto aos dispositivos da rede e como acessá-los, uma vez que, conhecer como e onde procurar os meios de auxílio nas necessidades é de suma importância na garantia de que as diretrizes essenciais do Estatuto da Juventude (2013) se façam valer. E assim vamos fazendo a teia da intersetorialidade para a integralidade do cuidado ir se formando.

Os encontros ocorriam duas vezes na semana. A oficina, por vezes, era pano de fundo dessas conversações, por vezes, era a atração principal dos conflitos e potencialidades. Alguns jovens chamavam atenção por suas habilidades no desenho, possibilitando diálogos sobre as oportunidades de trabalho com as artes, construção de currículo e portfólio. Assim conseguimos identificar potencialidades naqueles jovens, orientá-los e encaminhá-los, abrangendo os conhecimentos dos serviços do território e as possibilidades que os mesmos podiam oferecer.

Por outro lado, havia jovens que nem iniciavam as atividades por pressupor uma incapacidade de suas habilidades, por descrédito em si mesmo da possibilidade de desenvolvê-las. Assim, havia um trabalho constante e de perto para que os jovens ao menos tentassem, promovendo a construção do processo de aprendizagem como possível para eles próprios.

Em um segundo momento de troca, com as profissionais do CREAS, começamos a discutir casos, uma vez que nos grupos ou até individualmente apareciam situações que não eram relatadas nos atendimentos do serviço. Aos poucos, ocorre uma expansão da integralidade do cuidado desses jovens entendendo que vários atores da rede começam a acompanhar e a ter um olhar mais amplo e transversal de suas necessidades e demandas específicas. Cada serviço pode exercer seus papéis no cuidado, cada um de acordo com suas diretrizes ao promover os direitos universais, equitativos e integrais da juventude de seu território.

O papel do analista social e da equipe da Estação Juventude é essencial para garantir que o serviço atenda plenamente os jovens que acessam e ocupam o equipamento. O acompanhamento social permite uma compreensão mais aprofundada das necessidades, desafios e potencialidades de cada jovem. Ao acompanhar de perto a trajetória e o seu desenvolvimento é possível identificar eventuais vulnerabilidades e oferecer o suporte adequado, por meio de orientações, encaminhamentos a outros serviços da rede de proteção ou por desenvolvimento de atividades específicas que promovam o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Dessa forma, o acompanhamento social na Estação Juventude não apenas fortalece o vínculo entre o serviço e o jovem, mas também contribui para a efetividade das ações desenvolvidas, promovendo a integralidade das ações com outros dispositivos. A iniciativa, aqui relatada, surgiu da parceria entre a Estação Juventude com a Assistência Social, buscando promover a expressão artística, a socialização e o fortalecimento de vínculos comunitários.

O trabalho desenvolvido na oficina transcendeu a prática artística. No cotidiano das atividades, ao lado daicineira, foi possível criar um espaço de escuta e interação com os adolescentes. Durante as rodas de conversa informais, surgiram temas como *bullying*, racismo, LGBTfobia e machismo, possibilitando intervenções pedagógicas e discussões sobre direitos e respeito à diversidade. A dinâmica do grupo também permitiu relatos sobre as mais diversas vulnerabilidades, favorecendo encaminhamentos para serviços como CREAS, CAPSIs, ESF, escolas, instituições culturais e trabalho.

Além disso, a oficina de grafite se tornou um espaço de reconhecimento das potencialidades dos adolescentes. Durante as atividades, revelaram-se gostos, interesses e

perspectivas de futuro, proporcionando a eles oportunidades de se enxergarem como protagonistas de suas próprias trajetórias. Esse ambiente favoreceu a construção de um senso de pertencimento e autoestima, essenciais para o desenvolvimento juvenil.

Considerações finais

A experiência da oficina de grafite no CREAS Vargem das Flores demonstrou a importância de iniciativas intersetoriais, acompanhamento social e a articulação entre diferentes setores tornando-se fundamentais para garantir que os jovens tenham acesso a espaços de aprendizado, socialização e proteção social. “Se é verdade que é na juventude que existem maiores probabilidades de romper a cadeia da reprodução de desigualdades, trata-se de formular políticas públicas que possam contribuir para a superação de condicionamentos sociais de origem e para o rompimento de estigmas geradores de preconceitos e discriminação social” (Brasil, 2014, p.43).

A iniciativa vinculada ao Programa Mais Direitos Humanos tem como proposta uma estratégia inovadora na promoção da saúde mental das juventudes em situação de vulnerabilidade. A proposta rompe com modelos tradicionais centrados no atendimento clínico e aposta na construção de um cuidado intersetorial, comunitário e culturalmente referenciado. A partir da articulação entre diferentes políticas públicas – como saúde, assistência social, cultura, educação e trabalho – o serviço promove espaços de acolhimento, escuta qualificada e fortalecimento de vínculos, tendo como centralidade a valorização das identidades juvenis e o protagonismo dos próprios jovens.

Além disso, o reconhecimento da saúde mental como um aspecto essencial do desenvolvimento juvenil reforça a necessidade de políticas públicas eficazes, que vão além da prevenção de riscos sociais, promovendo o bem-estar integral dos jovens. Dessa forma, programas como a Estação Juventude desempenham um papel essencial na construção de oportunidades para adolescentes em situação de vulnerabilidade, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal, social e profissional, estando intrinsecamente ligada à garantia de direitos, à participação social e à construção de redes de cuidado no território, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos e de transformação social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. *Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. Disponível

em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

ATLAS DAS JUVENTUDES. *Atlas das Juventudes 2021*. [S.l.]: Instituto Caixa Juventudes, 2021. Disponível

em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

BÓGUS, Cláudia Maria. A promoção da saúde como referencial para a formulação e desenvolvimento de políticas públicas saudáveis. *Boletim do Instituto de Saúde*, n. 34, p. 16-17, 2004. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/37577>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. *Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Dispõe sobre os direitos dos jovens e estabelece diretrizes para a sua política pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 6 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil*. 2. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 72 p. (Série B. Textos Básicos em Saúde). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/05_0887_M.pdf. Acesso em: 6 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. *Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil: recomendações: de 2005 a 2012.* Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/forum_nacional_saude_mental_infantojuvenil.pdf. Acesso em: 6 fev. 2025.

BRUNELLO, Maria Eugênia Firmino et al. O vínculo na atenção à saúde: revisão sistematizada na literatura, Brasil (1998-2007). *Acta Paulista de Enfermagem* [online]. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002010000100021>. Acesso em: 12 maio. 2025.

CONTAGEM (MG). *Plano Estratégico da Subsecretaria de Juventude – Programa Estação Juventude.* Contagem: Prefeitura Municipal, 2022.

MORETTO, C. C. *Experiências com um grupo de adolescentes: um estudo psicanalítico.* 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15723>. Acesso em: 6 maio 2025.

PAIS, José Machado. *Jovens e cidadania.* Manaus: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/phocadownloadpap/jovensecidadania.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.